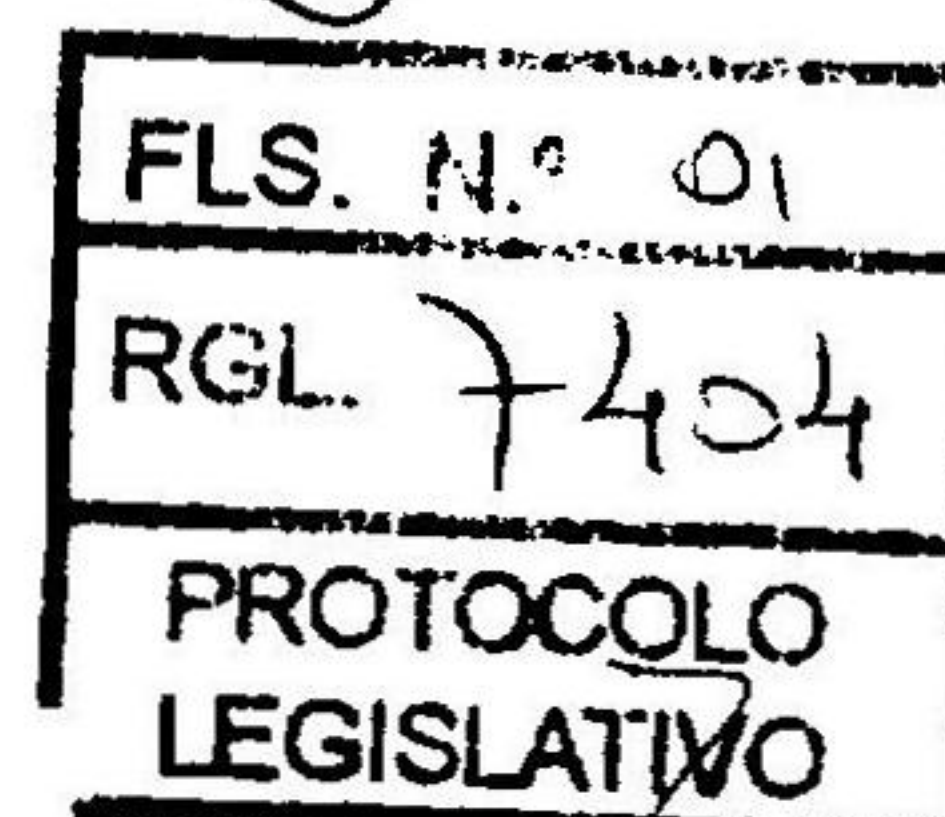
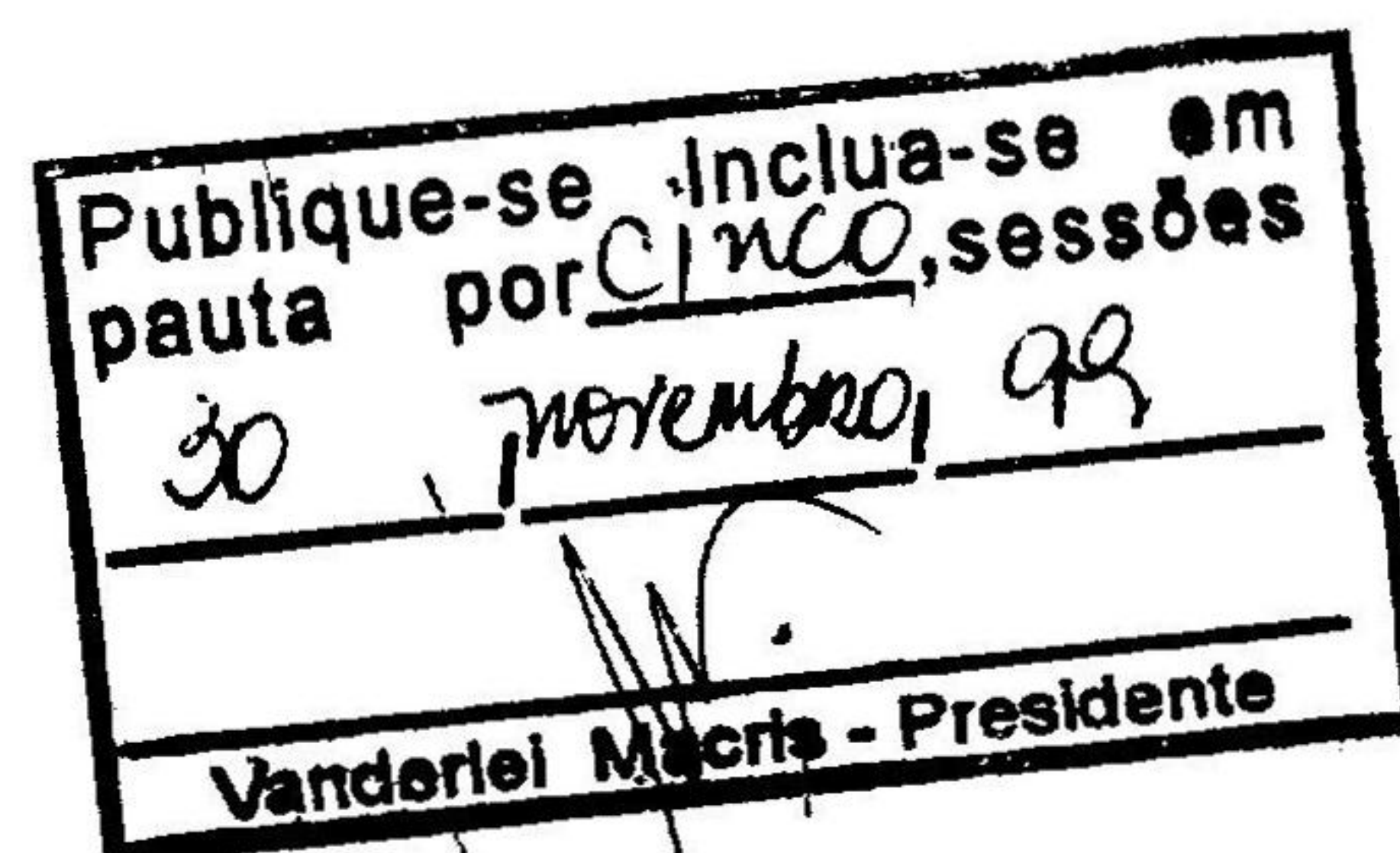
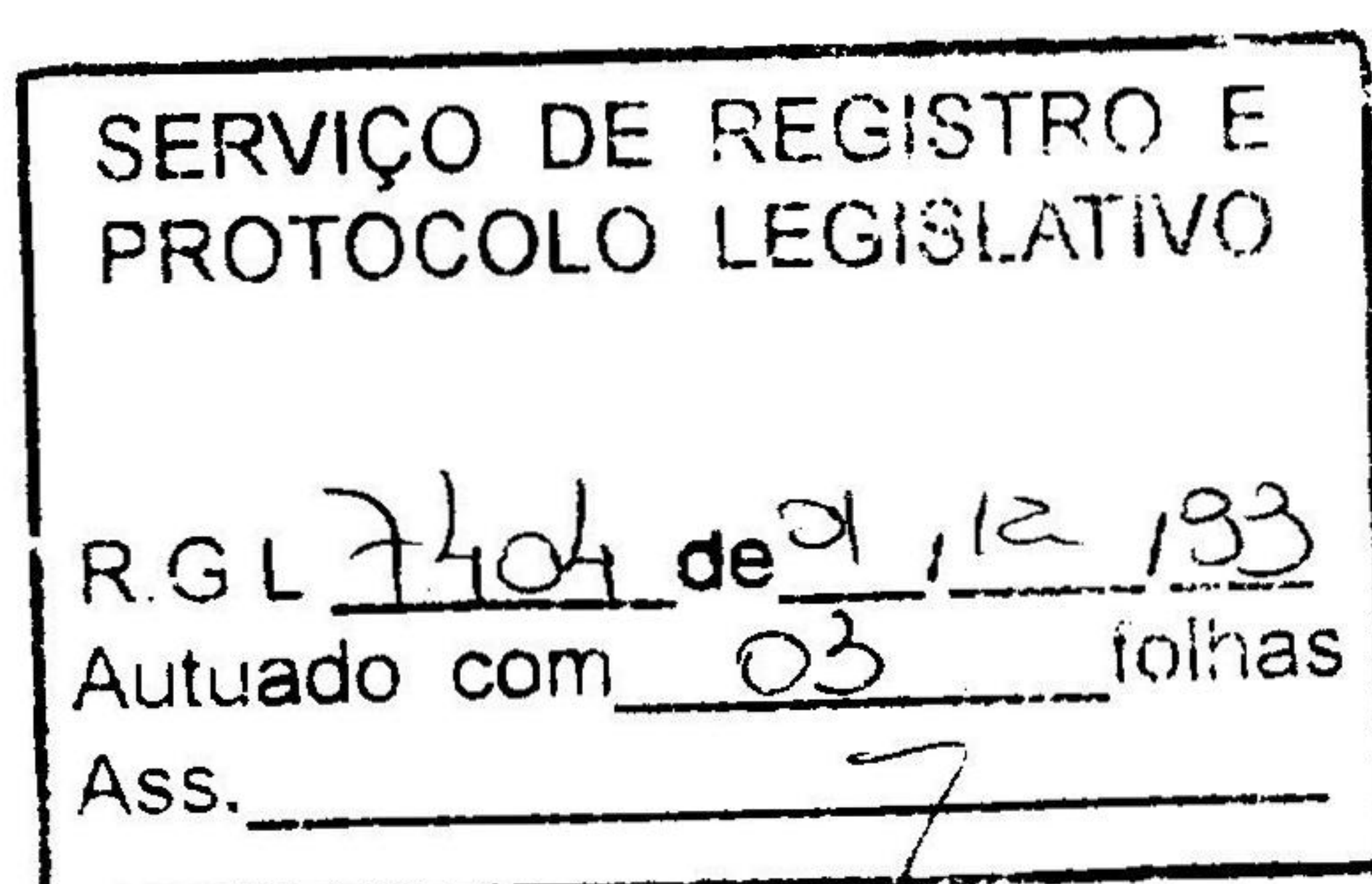




DEPUTADO
CICERO DE FREITAS
Vice-Líder do PFL



Projeto de Lei nº 963, de 1999.



Institui a cédula de identidade estadual do líder comunitário e dá outras providências

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - Fica instituída a cédula de identidade estadual do líder comunitário, a ser expedida pela Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, atendidos os requisitos desta lei.

Artigo 2º - A cédula de identidade estadual do líder comunitário será expedida em nome do presidente da associação com fins comunitários que demonstre possuir, no mínimo, duzentos associados.

Artigo 3º - A cédula de identidade tratada nesta lei terá validade perante todos os órgãos públicos e empresas mistas e privadas localizados no Estado de São Paulo que realizem a prestação de serviços essenciais à população, e assegurará, ao seu portador, prioridade absoluta no atendimento pelas autoridades e responsáveis pelos estabelecimentos referidos, em se tratando de demandas do interesse da comunidade representada.

Artigo 4º - A Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social realizará, através de seus agentes, a fiscalização do cumprimento desta lei.

Artigo 5º - A presente lei será afixada, em local visível, nas sedes e repartições dos órgãos públicos e empresas mistas e privadas localizados no Estado de São Paulo que realizem a prestação de serviços essenciais à população.

ENTRADA EM 29/01/134555 52576



DEPUTADO
CICERO DE FREITAS
Vice-Líder do PFL

FLS. N.º 02
RGL. 7424
PROTOCOLO LEGISLATIVO

Artigo 6º - O Poder Executivo Estadual regulamentará, no prazo de noventa dias, as finalidades desta lei.

Artigo 7º - As despesas oriundas da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes. Na realidade diuturna dos meios comunitários, quem exerce este decisivo papel é o líder comunitário.

Em meio aos inúmeros problemas que afligem as comunidades, como a falta de segurança e deficiência na prestação de serviços essenciais (água, esgoto, asfalto, luz), surge a necessidade de organização dos membros da sociedade em busca da defesa de seus direitos e da correção de tais adversidades.

Neste momento, surge o reconhecimento das figuras mais representativas dos núcleos de afligidos, os quais, organizando as forças da comunidade, verbalizam e personificam o ideal coletivo.

Os líderes comunitários sentem as necessidades de sua comunidade e criam estruturas através das quais os propósitos da coletividade são formalizados. O trabalho comunitário é, sem sombra de dúvida, das mais dignas atividades desenvolvidas em sociedade.



DEPUTADO
CICERO DE FREITAS
Vice-Líder do PFL

FLS. N.º 03
RGL. 7404
PROTOCOLO LEGISLATIVO

O reconhecimento e valorização dessa classe, mais de que uma necessidade, constitui autêntica obrigação das autoridades políticas. É um trabalho verdadeiramente franciscano o realizado pelos líderes comunitários, que, em detrimento próprio, abdicam do tempo que poderiam dedicar a suas famílias em prol de um ideal coletivo.

Ocorre que, na atualidade, os líderes comunitários não encontram instrumentos eficazes para a obtenção do reconhecimento de suas ações e dos anseios populares dos quais são mandatários.

A presente proposição tem inspiração, exatamente, nesta distorção. O que se pretende é dotar o líder comunitário de um instrumento capaz de assegurar o respeito a sua atuação e aos fundamentais interesses que representa.

A cédula de identidade estadual do líder comunitário é o primeiro passo no sentido do reconhecimento efetivo do trabalho desenvolvido nas comunidades organizadas, e obterá, por certo, o aplauso de todos os comprometidos com os mais dignos fins sociais.

Sala das Sessões, em


Deputado CICERO DE FREITAS
PFL

Assinatura do Deputado Legislativo
Assinatura do Deputado Legislativo
Assinatura no "DIÁRIO OFICIAL"
de 01-13-99

Serviço de Suporte e Conferência
Esta proposição contém
↑ assinaturas
SSC.30/11/1999
.....
Conferente

Folha 4
Proc. 7404
g

Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 153ª a 157ª Sessões Ordinárias (de 02 a 08/12/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 08/12/99.

g